

A nova crise metropolitana

“As metrópoles brasileiras sofreram, nos últimos anos, uma verdadeira cirurgia sem anestesia, pós-operatório ou tratamento de reabilitação.”

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV
mcneri@fgv.br*

Osito anos de Real divididos em quatro fases: i) Lua-de-mel que dura até final de 1996. ii) Período marcado pelas crises asiática (1997), russa (1998) e brasileira (1999), quando as metrópoles constituíram o epicentro dos abalos sociais observados. De 1996 a 1999, a renda familiar *per capita* do trabalho cai à taxa média de 4,5% ao ano nas metrópoles, ao passo que a renda de outras fontes em outras áreas aumenta 6,23% a.a. No cômputo geral, a renda *per capita* de todas as fontes cai 3,22% a.a. nas metrópoles, enquanto a mesma se mantém estável no resto do país. Apesar da queda do tamanho do bolo (-1,37% a.a.), a miséria nacional cai à taxa de -0,57% a.a., despercebida pelos habitantes das metrópoles, a caixa de ressonância dos eventos nacionais. O que vai mal neste período é o mercado (de trabalho), enquanto as redes de proteção social, embutidas no

efeito das outras rendas, amorteceram os efeitos da crise sobre os mais pobres. iii) A miséria metropolitana baseada em renda do trabalho caiu de 33% para 25% de julho de 1994 ao final de 1996, sobe meio-caminho de volta até 1999, numa terceira fase dos idos de 2000 a abril de 2001, volta a cair de 29% para 28%. Nesta época, ao contrário do *boom* inicial do Real, a desvalorização cambial favorece os segmentos exportadores. Depois de uma década, o emprego formal volta a subir. iv) Em abril de 2001, uma nova crise aflorou de forma repentina, liquidando o crescimento anunciado de até 4% a.a. Ela foi composta de três ondas simultâneas: energia elétrica, derrocada argentina e recessão americana. Configura-se uma volta ao padrão metropolitano da crise. De um lado, os efeitos do racionamento de energia atingiram menos as áreas rurais, justamente pela precariedade elétrica das mesmas. Na área rural

do Nordeste, a principal fonte de iluminação de 44% dos domicílios é o lampião. Lampião ainda vive no sertão nordestino! Por outro, a crise argentina e a recessão americana, intensificadas após os atentados de 11 de setembro, afetaram prioritariamente os grandes centros que transacionam mais com o exterior.

No lado positivo do viés, avanços sociais foram concentrados nas cidades pequenas, médias e nas áreas rurais. O aumento do poder de compra do salário mínimo, da ordem de 17% nos últimos dois anos, foi restrito a quem percebe o piso previdenciário, em particular os beneficiários rurais. O projeto Alvorada se difunde pelos principais grotões de pobreza brasileiros desde 2001. Hoje são mais de 9 milhões de crianças com Bolsa-Escola em municípios pobres.

Complementarmente, os elementos da agenda de reformas estruturais, adotada no país nos últimos anos,

A inversão da imigração

afetou de forma mais intensa e adversa alguns grupos metropolitanos. Como exemplos: a abertura e o operário paulistano, a privatização e o funcionário da estatal carioca, a reforma administrativa e o servidor público brasileiro etc. No longo prazo o consumidor estará melhor com as reformas, aliás como os dados do Censo 2000 já apontam. Mas no curto prazo diversos produtores metropolitanos perderam suas ocupações. Perdeu quem tinha inserção produtiva e voz, não a maioria difusa de consumidores ou os pobres que ganharam as bolsas (escola, alimentação etc.) do projeto Alvorada.

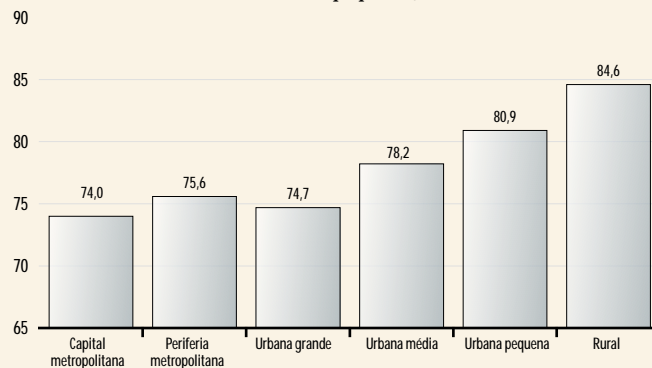
A falha social parece ter sido em relação aos produtores desalojados das grandes cidades, deixados à sorte das ondas e da lei dos mercados. A violência e o desemprego, que dominam o debate social recente, são símbolos da desilusão metropolitana. Há timidez das políticas, influenciada pela falta de mecanismos de coordenação dos municípios das metrópoles que carecem de marco institucional próprio (vide pesquisas da Ebape/FGV). Lançaram-se balões de ensaio de regularização fundiária metropolitana e de pacotes antiviolência financiados pelo governo federal, mas pouco foi feito. As exceções são algumas inovações da legislação trabalhista, do seguro-desemprego e a restituição ora em curso do FGTS.

Falta desenvolver políticas emergenciais e ações para nortear a reinserção produtiva dos grupos atingidos. À semelhança do Alvorada, precisa-se de um conjunto integrado de ações, mas, neste caso, que não necessariamente impliquem a criação de oportunidades através da doação maciça de recursos. O acesso a crédito é o instrumento indicado para evitar o sucateamento de grupos perdedores que têm experiência e algum capital (físico, humano ou social), de forma a permiti-los aproveitar oportunidades de reconversão produtiva a eles disponíveis. ■

Talvez o melhor exemplo do caráter metropolitano da crise seja a inversão observada dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades nos últimos anos. A percentagem de nativos na população cresce à medida que caminhamos para áreas menos densamente populosas, refletindo o fenômeno de inchaço dos grandes centros, fruto do padrão histórico de imigração interna. Por exemplo, em 1999 a percentagem da população não-imigrante aumenta paulatinamente de 74% nas capitais metropolitanas para 84,6% nas áreas rurais.

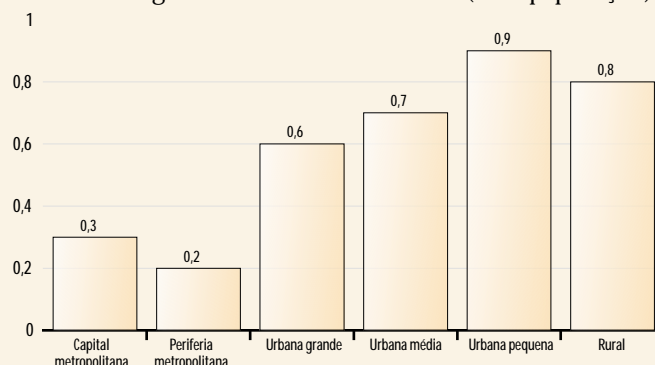
Agora, os fluxos migratórios tendem a reagir frente a mudanças nas condições econômicas e sociais, se constituindo num termômetro da atratividade relativa das diversas localidades. Em particular, os fluxos parecem ser afetados pela combinação de Ônus Metropolitano e Bônus Rural associados à política social brasileira recente. O fluxo de novos imigrantes durante 1999, o ano da desvalorização do Real, se revela menor no núcleo e na periferia metropolitanos do que nas demais áreas. Outro fato notável é o aumento relativo do fluxo de imigração menos de um ano para área rural de 0,7% em 1996 para 0,8% em 1999, que se torna o segundo maior atrator relativo de população, logo após as cidades pequenas. Estes resultados sinalizam uma inversão dos padrões históricos de fluxo migratório, o que pode funcionar como um redutor das tendências de decadência social metropolitana observada.

Nativos (% da população)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Fluxo migratório a menos de um ano (% da população)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Categorias de tamanho de cidade: área rural (até 20 mil habitantes); a área urbana é subdividida em urbana pequena (20 a 50 mil habitantes), urbana média (de 50 a 100 mil habitantes) e urbana grande (mais de 100 mil habitantes até região metropolitana) e a área metropolitana, subdividida em capital metropolitana e periferia.